

OS INGLESES NA MARINHA DA INDEPENDÊNCIA

HELIO LEONCIO MARTINS*
Vice-Almirante (Ref^o)

O brado do Ipiranga foi ouvido somente nas províncias do Sul do Brasil. As do Norte e do Nordeste continuaram a se subordinar às Juntas do governo português. A única força com flexibilidade e mobilidade capaz de fazê-las aceitar o domínio do Império seria a Marinha. Esta, herança da Marinha portuguesa, dispunha de 14 navios de guerra, guarnecidos pelos portugueses, que, na Independência, haviam declarado não querer regressar a Portugal, permanecendo no Brasil poucos oficiais subalternos e havendo falta de marinhagem. A solução encontrada foi conseguir a ajuda necessária na Europa – de preferência na Inglaterra, onde, com o fim das guerras napoleônicas, esse tipo de mão de obra era disponível.

Caldeira Brant, nosso representante na Europa, fez um primeiro recrutamento de 600 oficiais e marinheiros.

Para o comando, a escolha recaiu em um ex-oficial da *Royal Navy*, Alexander Thomas Cochrane, que chefiara a Marinha chilena, tendo expulsado os navios espanhóis do Pacífico e libertado o Chile e o Peru. Distinguiu-se como um grande comandante de fragatas na Europa, com proezas que consagraram seu nome, mas costumava ter relações polêmicas e difíceis nos contatos pessoais com os superiores. As suas desavenças na Marinha e na política e uma acusação não bem provada de trapalhadas na Bolsa levaram-no a ser expulso da *Royal Navy*.

* O Almirante Leoncio é hidrógrafo, ex-combatente da Segunda Guerra Mundial, conferencista, historiador, autor de vários livros, responsável por vários capítulos da Coleção História Naval Brasileira e colaborador permanente da *Revista Marítima Brasileira*.

Foi convidado pelo nosso agente em Buenos Aires, por determinação do Ministro José Bonifácio, com palavras exaltadas: “Venha, a glória e a honra vos esperam. Conte com a munificência de SHR, que vos oferece todas as vantagens que recebe no Chile!” Cochrane veio para o Brasil, chegando ao Rio de Janeiro a 13 de março de 1823, com quatro oficiais. Em uma primeira entrevista com Luís Moreira da Cunha, ministro da Marinha, expôs suas condições. Não queria ser subordinado a nenhum almirante português, pelo que ocupou o inexistente posto de primeiro almirante; seus vencimentos fi-

xados 500 libras mais elevados do que os da *Royal Navy*; e ficou claro que o valor das capturas, aprovadas por um Tribunal de Presas, seria dividido pelo comandante e pelas guarnições, de acordo com os Al-

varás 96 (de 7 de dezembro de 1797) e 97 (de 9 de maio de 1798), ainda do governo português, referendados pelo Decreto de 12 de dezembro de 1822, já do governo brasileiro, e semelhantes às determinações inglesas sobre o assunto.

As operações iniciais da Esquadra destinarse-iam a incorporar ao Império as províncias da Bahia, do Maranhão e do Pará. A 1^o de abril, Cochrane largou rumo a Salvador, à frente de força naval constando de uma nau, duas fragatas, duas corvetas e um brigue. Salvador estava cercada por forças do Exército Brasileiro, sob o mando do General francês Labatut, e defendida por tropas portuguesas,

comandadas pelo Brigadeiro Madeira de Melo, e por uma esquadra, sob a chefia do Almirante Feliz do Campo, com uma nau, duas fragatas e oito corvetas, que veio para o mar ao encontro de Cochrane. A 4 de maio,

deu-se o contato. Cochrane já cruzava a linha adversária, destruindo um navio, quando, em três unidades de seu comando, os marinheiros portugueses rebelaram-se e fecharam os paióis de pólvora. Isso obrigou o recuo de Cochrane para Morro de São Paulo, ao sul de Salvador, não sendo ele perseguido pela esquadra portuguesa. Em Morro de São Paulo, Cochrane refez a



Thomas Cochrane



Nau Pedro I

artilharia de seus navios, embarcou ingleses que já chegavam e, com seu capitânia, Nau *Pedro I*, e a Corveta *Maria da Glória*, voltou e estabeleceu o bloqueio de Salvador, não permitindo o abastecimento por mar. Como também o Exército fechava a cidade por terra, a situação tornou-se insuportável, e os chefes portugueses decidiram retirar-se para Portugal.

A 2 de julho, um comboio de 78 mercantes, escoltado por 13 vasos de guerra, conseguiu sair do Recôncavo e rumou para o norte, já perseguido pelos navios brasileiros, que os iam capturando. Os perseguidores, depois de passarem o Equador, regressaram para continuar as operações na costa brasileira, exceto a Fragata *Niterói*, comandada por John Taylor, oficial da *Royal Navy* que, mesmo antes do recrutamento na Inglaterra, desertara e se apresentara na Marinha brasileira. A Fragata *Niterói* hostilizou o comboio até a foz do Tejo, capturando 18 navios, que foram mandados de volta para o Brasil com seus carregamentos.

Enquanto isso, Cochrane rumava para São Luís, ainda em mãos portuguesas, e tendo próxima, ocupando a cidade de Ca-

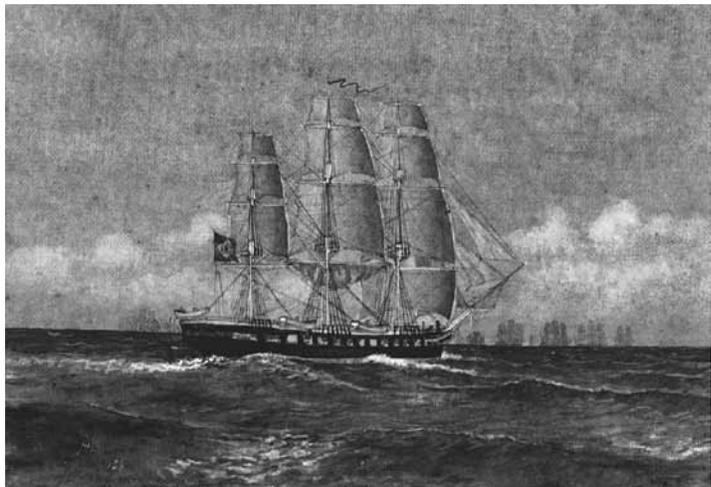
xias, tropa que não aderira ao Império. A 26 de julho, com um disfarce permitido na época, a Nau *Pedro I* içou a bandeira inglesa e se aproximou isolada. Foi recebida

por um brigue subordinado aos portugueses, o *Infante D. Miguel*, para lhe dar boas-vindas, mas que regressou preso com o atacante. Para a Junta, Cochrane disse estar com a esquadra ao largo e que tomaria providências devidas se a Junta portuguesa não acesse em juntar-se ao Império. Concordaram, foram seus membros substituídos por uma Junta brasileira. *Te Deum*, a 28 de julho, proclamou a integração do Maranhão. As tropas

em Caxias foram vencidas por elementos vindos do Piauí e do Ceará, províncias que já se haviam subordinado à Corte do Rio de Janeiro. Cochrane protegeu os portugueses



John Taylor



Fragata *Niterói*

que começavam a ser perseguidos, mas foi adamantino em exigir o levantamento de todos os seus bens, como os de um inimigo vencido, o que atingiu o valor de 499 contos de réis.

O Brigue *Infante D. Miguel*, agora denominado *Maranhão*, saiu a 6 de agosto para o Norte, sob o comando de John Pascoe Greenfell, tenente de 23 anos, levando instruções sobre como agir em Belém. Usaria a mesma farsa do Maranhão. Importaria a mudança da Junta por uma brasileira e trataria de prontificar uma fragata – a *Imperatriz* –, em construção no estaleiro local, e cujo comando assumiria, considerando-a boa presa. Em Belém, a situação era bem confusa. Além dos portugueses, que dominavam a Junta, havia dois

partidos brasileiros: um radical, obedecendo ao fanatismo do padre João Batista, e um moderado, desejando uma conciliação com os portugueses. Tudo foi cumprido. A Junta acabou aceitando a imposição de entregar o governo, com exceção do Brigadeiro Mário Moura, chefe militar, que não acreditou na história da esquadra ao largo. Foi ela substituída por elementos dos dois partidos brasileiros, e o brigadeiro, posto

sob vigilância a bordo do *Maranhão*. A 15 de agosto de 1823, comemorou-se a incorporação da província ao Império.

Resolvida a questão da posse da Junta brasileira, Pascoe preocupou-se com o levantamento dos navios e bens portugueses existentes, para futuros julgamentos de presas. Mas a situação continuava intranquila. O próprio Pascoe foi apunhalado a caminho de bordo, sem maiores consequências. O Brigadeiro Moura e 160 envolvidos em um complô para tomar o Brigue *Maranhão* foram degredados. E a 15 de outubro, a tropa da guarnição, insuflada pelo padre, rebelou-se contra o brasileiro da Junta, provocando caos

na cidade. Atendendo ao pedido de socorro, 60 marinheiros com John Pascoe desembar-

caram, retiraram o armamento dos soldados e deixaram a cidade em paz. Mas cinco soldados foram fuzilados e 254 prisioneiros colocados no porão de um navio-prisão. Na manhã seguinte de uma noite quente e sem ar, foram encontrados 250 mortos. Pascoe, não mais querendo manter-se envolvido na política

local, e julgando haver cumprido sua tarefa principal, comunicou que iria regressar ao Rio de Janeiro. As autoridades locais



John Pascoe Greenfell

Em Belém, cinco soldados foram fuzilados e 254 prisioneiros colocados no porão de um navio-prisão. Na manhã seguinte de uma noite quente e sem ar, foram encontrados 250 mortos

enviaram um Memorial pedindo-lhe que permanecesse em Belém, pois dispunha da única força que poderia garantir a tranquilidade. Ele recusou, porém o Memorial foi mandado para a Corte como queixa. Mas, a 3 de março de 1824, Pascoe largou com a *Imperatriz*, o *Maranhão* e dois transportes carregando os bens que deviam ir a julgamento. Em sua chegada ao Rio de Janeiro, teve que se ocultar, a fim de não ser preso devido às acusações do Memorial.

Desde a chegada de Cochrane ao Rio de Janeiro, em novembro de 1823, os festejos e a distribuição de honrarias continuavam. E justificavam-se. Em seis meses, todo o território brasileiro, por ação da Marinha, fora incorporado ao Império. O Marquês do Maranhão, novo título de Cochrane, exultava também pelos resultados financeiros da campanha, no caso avaliados em 1.273 contos de réis, a serem distribuídos desde o almirante até o último marinheiro. Uma afirmativa que permanece

até hoje atribui a voracidade financeira como consequência de se contratar mercenários, o que, a meu ver, não corresponde à verdade. Não seriam os recrutados na Inglaterra mercenários, isto é, uma força paralela substituindo a força nacional. Os indivíduos recrutados por Caldeira Brant foram contratados individualmente e devidamente integrados à Marinha brasileira, com postos, graduações e salários semelhantes aos existentes, além de obediência ao mesmo regime militar. Ficaram satisfeitos com o previsto recebimento, pois, como em sua própria pátria, os pagamentos seriam absolutamente legais.

Assim entendiam os ingleses, porque se julgavam perfeitamente cobertos pela legislação existente. Grande parte dos na-

vios e seus carregamentos capturados já se achavam no Rio de Janeiro, e Cochrane julgava que, depois da avaliação e da decisão do Tribunal das Presas, que acumulava as funções com o Supremo Tribunal Militar, começariam os recebimentos, pois tudo estava muito claro.

Mas não era bem assim. Uma primeira dificuldade era óbvia – o Tesouro do Império estava vazio, não sendo capaz de adquirir os navios apreendidos. A elogiável magnitude do problema tornara-o difícil de ser solucionado. Outra dúvida: o Brasil, que fora um terço do Reino Unido, estaria mesmo em guerra com os outros dois terços? Ou seria apenas uma comoção civil? O Supremo Tribunal Militar, a 18 de setembro de 1822, perguntou ao imperador sobre o

Em seis meses, todo o território brasileiro, por ação da Marinha, fora incorporado ao Império

assunto e, por decreto de 30 de dezembro, recebeu a resposta de que realmente estavam em estado de guerra. Mas tinha havido também uma cisão política que dividira o elemento pensante do País em

dois grupos: um patriota radical, antiporuguês, e o outro, a favor de uma conciliação com os compatriotas de pouco tempo antes. José Bonifácio não se filiava nem a um nem ao outro, mas os dois acabaram o derrubando. E, com ele, desapareceu quem seria capaz de tomar atitude firme. O imperador seguia-se muito por seus próximos e se sentia muito português, no que era apoiado pelo Tribunal de Presas. Entre seus 12 membros, nove eram portugueses e, da mesma forma que o Conselho do Estado, o Tribunal não via com bons olhos o prejuízo imposto a seus patrícios de pouco tempo antes. Com todas essas dificuldades, para furor de Cochrane, os processos não andavam. Visivelmente, algumas medidas tomadas pelas autoridades eram hostis aos

ingleses. O Tribunal de Presas fazia exigências mínimas, de caráter burocrático, de fato inseridas nos alvarás, mas difíceis de serem efetivadas no mar. Greenfell iria ser preso ao chegar com a *Imperatriz*, porque documentos exigidos não existiam. Alguns navios capturados eram vistos navegando livremente. John Taylor, na volta de sua aventura, foi multado porque usou a carga de uma das presas para abastecimento da *Niterói*, a fim de poder continuar a caça. O almirante, atingido em dois pontos fracos – ser enganado e perder seu dinheiro –, esbravejou contra o ministro da Marinha, com muita semelhança ao que fizera na Inglaterra em situação semelhante.

Em uma reunião do Conselho do Estado a 12 de fevereiro de 1824, tomou-se uma decisão de compromisso que talvez inaugurasse sistema de muito uso no futuro – a aplicação de um jeitinho. O governo restituiria os bens portugueses e pagaria aos marinheiros as indenizações determinadas por ajuste com o Tribunal de Presas, só aplicadas sobre presas anteriores àquela data. Como gesto de boa-fé, aceitava a ocupação da Fragata *Imperatriz*, que, na realidade, não fora capturada pronta nem reagindo como inimigo. A concordância com esse arranjo foi redigida pela própria mão do imperador. A 23 de fevereiro, o decreto foi publicado, e, a 3 de março, confiança refeita, uma força naval, sob o comando de John Taylor, estava pronta para se fazer ao mar, rumo ao Recife.

Pois acresce que, em meio a tais discordâncias, também não se queria perder a ação de Cochrane, porque a situação no Norte – no Recife – sombreava. A rebelião em Pernambuco era

chefiada por Paes de Andrade. Coadjuvado por elementos radicais, como Frei Caneca, Taylor procurou chegar a um compromisso, mas todas as tentativas falharam. O bloqueio era difícil, pois o fundeio por fora do Recife era penoso, e muitas âncoras se perdiam. O bombardeio executado por duas escunas não teve efeito algum. Correspondência de Taylor dizia que a rebelião só cederia se o Recife fosse atacado por terra, mas seus pedidos não eram atendidos. Em junho, viu-se que qualquer conversação construtiva era impossível. A notícia de que, em Portugal, preparava-se um ataque ao Rio de Janeiro fez suspender o bloqueio, com a vinda dos navios para a Guanabara. E a Confederação do Equador tomou força com a adesão das outras províncias do Nordeste.

A concordância de Cochrane com a decisão de 12 de fevereiro era relativa. Seu íntimo suspeito continuava a crer que as



Fragata *Imperatriz*

forças contrárias aumentavam de poder, falando-se mesmo em dispensa dos ingleses. A dívida tinha quase o valor de um ano do orçamento naval. Cochrane pediu demissão duas vezes, mas a situação pedia o contrário. Havia interesse em sua permanência, e foi-lhe garantido que se manteria pelo tempo que desejasse. A notícia da expedição portuguesa foi desmentida, e a expansão da Confederação do Equador aumentara. O bloqueio teria de recomeçar, e uma força terrestre seria desembarcada em Alagoas a fim de atacar o Recife por terra. Preparava-se a saída da esquadra para tomar tais providências, mas a falta do pagamento prometido o impedia. O temperamento de Cochrane nessas situações levava-o sempre a tomar medidas extremas. Pela manhã seguiu para o Palácio a cavalo, acordou Pedro I e disse-lhe ser difícil sair com os navios se não houvesse um pagamento. Recebeu 200 contos, distribuiu-os e largou para Recife, transportando uma força terrestre sob o comando do Brigadeiro Francisco Lima e Silva, nomeado comandante em chefe da ação terrestre das ações na província, e quando ela fosse ocupada.

Cochrane colocou dois navios acompanhando a marcha de Lima e Silva, transmitiu o comando do bloqueio para o norte-americano Comodoro David Jewitt e desapareceu. Não aceitava comandos acima do dele. Ficou em Salvador. A 18 de setembro, o Recife foi ocupado por Lima e Silva. Fez referência especial à ajuda de Jewitt e à ausência de Cochrane, criticando acerbamente o almirante. Este apareceu no Recife no fim de setembro, quando nada

mais tinha o que fazer. Distribuiu seus navios pelas capitais das províncias, que haviam aderido à Confederação do Equador, a fim de apagar fogachos rebeldes que ainda existissem. Pôde comunicar à Corte que o Nordeste estava pacificado. E, com outras intenções, rumou para São Luís, que não tomara parte na rebeldia, chegando a 9 de novembro de 1824. As lutas internas políticas em São Luís haviam levado a cidade à anarquia. Cochrane interveio com os marinheiros, conseguiu tranquilizar os ânimos e aguardou o novo presidente nomeado, Pedro Costa Barros. Um grupo de senhoras foi a bordo agradecer especialmente a intervenção do almirante e

oferecer-lhe flores. Mas a paciência de Cochrane esgotara-se, sentindo a pressão dos últimos quatro meses e a certeza cada vez maior de que outros recebimentos de indenização estavam longínquos, se é que viriam. Com a passagem do ano, escreveu ao imperador expondo suas queixas. Mas, a 11 e 20 de janeiro, outras

cartas enviadas ao presidente da província, Teles Lobo, eram diferentes. Não levando em consideração nenhum julgamento do Tribunal de Presas, reiterava suas reivindicações acerca do produto das presas feitas na captura de São Luís, em 1823, e exigia pronto pagamento. A 20, detalhou que o total da dívida seria de 424 contos de réis, mas que ele aceitava reduzi-lo para 106 contos, se fosse pago em 30 dias.

A Junta da Fazenda só conseguiu dar-lhe resposta a 3 de fevereiro. Havia ameaça implícita na redação das cartas e, assim, a Junta acedeu. A 5 de fevereiro, chegou a São Luís o novo presidente. Cochrane re-

Cochrane foi sepultado na Abadia de Westminster, sendo seu túmulo cercado nos quatro ângulos pelos escudos da Inglaterra, do Chile, da Grécia... e do Brasil

ceou que diferente opinião interferisse com o que já estava combinado. Não o deixou tomar posse. Embarcou-o em um navio que o levou a Belém. Teve uma última e tempestuosa entrevista com as autoridades locais, recebeu parte da dívida em dinheiro e parte em cartas de crédito, mudou de navio, passando para a Fragata *Ipiranga*, e rumou para a Europa. Fundeou em Portsmouth, onde foi vista pela primeira vez no estrangeiro a bandeira imperial. Entregou a *Ipiranga* ao representante brasileiro e aguardou a demissão de seu posto para aceitar a nomeação como chefe da Esquadra grega, continuando suas aventuras, tentando a libertação da Grécia do domínio otomano.

É difícil fazer-se um juízo depois dessa atitude, semelhante à que havia marcado sua passagem no Chile e marcaria na Grécia. Indiscutivelmente era um grande chefe no mar, mas sua rebeldia natural manifestava-se quando era contrariado e se considerava com razão (especialmente quando prejudicado financeiramente...). Assumia em terra as mesmas decisões radicais tão elogiáveis no mar, quando tomadas em relação ao inimigo, mas que tinham outro aspecto quando afetavam seu relacionamento com os superiores e se julgava injustiçado. No Brasil, o governo talvez tivesse aceito obrigações monetárias

bem maiores do que era capaz de cumprir e teria ferido situações políticas em suas relações com os portugueses, os quais, apesar da independência, conservavam ligações administrativas e financeiras com o Império. O não cumprimento das obrigações em dinheiro, previstas pelos ingleses, prejudicavam mesmo sua responsabilidade operativa, com as consequências sentidas pelos ingleses, o pessoal de sua confiança, para os quais os pagamentos dos prêmios, devidos pelas capturas, na Royal Navy representavam uma aposentadoria.

As exigências financeiras feitas em tom ameaçador (recebidas depois de sua morte pelo seu filho) e o abandono da Marinha brasileira sem dar satisfações naturalmente deixaram recordações que prejudicaram o que, de positivo, fizera pelo Brasil. Os historiadores só se referem a ele adjetivando-o da pior maneira. A memória naval brasileira quase o ignora. Dele só existe um retrato no Museu Naval.

Após sua atividade na Grécia, com a Rainha Vitória no trono, as suas proezas no Mediterrâneo foram mais lembradas do que o que realizara de condenável. Absolvido de tudo, já bem idoso, recebeu de volta seu posto e o comando de uma Esquadra. Tentou ser utilizado na Guerra da Crimeia e no Báltico. Mas o Almirantado julgou-o ainda demais audacioso e inventivo em seus métodos bélicos, e preferiu

Os ingleses tornaram-se importantes em uma fase de formação na qual a Marinha foi extremamente solicitada e adquiriu proporções que, possivelmente, nunca mais teve

A luta contra os corsários com êxito foi uma prova dura por que passou a Marinha, que, aliás, assim formou os almirantes da Guerra do Paraguai – Tamandaré, Inhaúma e Barroso, então tenentes

mantê-lo no sossego de um comando nas águas americanas. Foi sepultado na Abadia de Westminster, tendo o túmulo cercado nos quatro ângulos pelos escudos da Inglaterra, do Chile, da Grécia... e do Brasil.

A figura maior representativa da participação inglesa em nossa Marinha saiu de cena, mas a presença dos elementos recrutados continuou, e mesmo cresceu, pois, tendo sido exigido maior envolvimento da Marinha, desta vez no Prata, outro chamado de estrangeiros foi feito, vindo elementos de diferentes nacionalidades. Essa ajuda, positiva sob muitos aspectos, tem sido ignorada em nossas lembranças, o que é injusto.

Houve oficiais ingleses que abandonaram a Marinha por fim de contrato ou saíram por abandono, ou mesmo foram expulsos; mas muito deles permaneceram leais para com a nova Pátria, cumpriram seus deveres, influenciaram na criação da mentalidade naval, nos hábitos adquiridos e nos costumes adota-

dos no Brasil, recebidos da maior Marinha do mundo. Tornaram-se importantes em uma fase de formação na qual a Marinha brasileira foi extremamente solicitada e adquiriu proporções que, possivelmente, nunca mais teve. Para exemplificar estas minhas afirmativas, focalizarei em quatro elementos que se inseriram na vida naval e civil brasileira, fazendo carreira até os últimos postos. São eles John Taylor, John Pascoe Greenfell, James Norton e Bartholomew Hayden. Outros ingleses poderiam ser citados, por sua participação nas múltiplas missões exigidas pelas intervenções nas Regências, na Guerra Cisplatina e no desenvolvimento da Marinha do dia a dia.

John Taylor era oficial da ativa da Royal Navy, servindo em fragatas baseadas na América do Sul. Pediu demissão e apresentou-se à Marinha brasileira, recebendo posto de capitão de fragata. Seu pedido de demissão não foi aceito, sendo considerado desertor. Desenvolveu-se em torno disso longa questão diplomática, por fim encerrada com a sua passagem definitiva para a nossa Marinha. Fez parte da Esquadra da Independência e, comandando a Fragata *Niterói*, realizou a missão já citada, perseguindo o comboio escoltado português que se retirava, capturando 18 navios mercantes. Adotou a nacionalidade

brasileira, atingindo o posto de vice-almirante. Comandou com êxito o bloqueio do Recife na primeira fase da luta contra a Confederação do Equador. Seria o indicado para comandar o bloqueio do Rio da Prata na Guerra da Cisplatina, o que não se efetivou por ainda durarem as discordâncias com o *Foreign Office*.

**Perdi meu braço direito,
mas estou feliz, porque foi
na defesa do Brasil e do
Imperador. Estou pronto
para voltar a arriscar
minha vida pela mesma
causa**

James Norton

Em 1831, era capitão dos portos do Rio de Janeiro, o que, hoje, corresponderia às funções de comandante do 1º Distrito Naval. Dominou então uma revolta dos fuzileiros navais. Em 1835 e 1836, comandou as forças navais que, em Belém, enfrentavam os rebeldes cabanos. Reformado, terminou sua vida como fazendeiro, dirigindo propriedade da família da esposa.

Entre 1825 e 1828, travamos uma guerra com os rebeldes da Banda Oriental (atual Uruguai) e as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina). Queríamos manter a posse da primeira, a chamada Província Cisplatina, ambicionada também pelas segundas. A Marinha desempenhou

papel surpreendente para seus três anos de existência, encarregando-se do difícil bloqúeio do Rio da Prata e da defesa contra os corsários que, com cartas patentes das Províncias Unidas, dizimavam nosso comércio costeiro. As duas tarefas foram conduzidas com êxito. Entretanto, devido à confusão que políticos e, principalmente, historiadores faziam com a oposição a Pedro I, a Marinha recebeu críticas injustas e, mormente, ignorantes, que deixaram um claro em nossa história, em especial a naval. Em relação a esta, foram as ações no Prata e contra os corsários a consolidação do que havia se iniciado com as campanhas da Independência. Foram dois anos e meio enfrentando um tipo de guerrilha naval inimiga que, com navios menores, saindo da proteção de Buenos Aires, atacavam, sendo repelidos e desgastados e se resguardando novamente, tendo como auxílio situação meteorológica e hidrográfica complicada. A luta contra os corsários foi uma prova dura por que passou a Marinha, que, aliás, assim formou os almirantes da Guerra do Paraguai – Tamandaré, Inhaúma e Barroso, então tenentes.

James Norton já havia se notabilizado na Confederação do Equador, desembarcando à frente de uma centena de marinheiros em Recife. Na Cisplatina, comandou o bloqueio militar do Rio da Prata, impedindo a saída, destruindo ou fazendo regressar a força naval inimiga. Engajado com um corsário, Norton foi atingido e perdeu o braço. Enviou uma mensagem ao Imperador dizendo: “Perdi meu braço direito, mas estou feliz, porque foi na defesa do Brasil e do Imperador. Estou pronto para voltar a



James Norton

arriscar minha vida pela mesma causa, o que julgo não demore”. Três meses depois, reassumiu seu comando até o fim da guerra.

Bartholomew Hayden era o dono do navio que trouxe Cochrane ao Brasil. Vendeu o navio para a Marinha e alistou-se como capitão-tenente. Tomou parte nas campanhas da Independência e Cisplatina. Avultou, depois, na caça aos navios negreiros e comandou a Base em Angola, que a apoiava.

Com 23 anos, **John Pascoe Greenfell** já havia lutado no Chile com Cochrane, que o trouxe para o Brasil. Foi quem se empenhou diretamente na incorporação



Bartolomew Hayden

do Pará ao Império, operação perigosa, pois ele mesmo foi apunhalado. Comandou navios na Guerra Cisplatina e, em uma das interceptações dos navios das Províncias do Prata, perdeu o braço direito. Mas logo voltou ao mar. Comandou, em seguida, a Marinha Imperial na Guerra dos Farrapos, operando barcos a vapor na Lagoa dos Patos.

Comandou a Passagem de Tonelero na Guerra contra Rosas. Foi, por fim,

cônsul em Liverpool, fiscalizando a construção das nossas duas primeiras fragatas a vapor – *D. Afonso e Amazonas*.

E representou o Brasil na inumação de seu antigo chefe – o Almirante Cochrane –, em Westminster.

Nenhum desses homens, entretanto, mantém sua memória na Marinha brasileira – e no Brasil. Teremos um número de heróis

grande demais, que nos faça dispensá-los? Deixo uma pergunta.

**Nenhum dos homens
ingleses mantém sua
memória na Marinha
brasileira – e no Brasil.
Teremos um número de
heróis grande demais, que
nos faça dispensá-los?**

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA>; História da Marinha do Brasil; Cochrane; Alexander Thomas; Norton, James; Greenfell, John Pascoe; Taylor, John; Hayden, Bartholomew; Independência do Brasil;



Biblioteca da Marinha, na rota das grandes navegações



Rua Mayrink Veiga, 28
Tel: (0XX-21) 2516-8784

Um mundo ainda desconhecido, mas marcado pela audácia de homens de espírito aventureiro. Antigas rotas marítimas, definidas pelas constelações, guiavam esses homens a mares distantes. Assim era no tempo da descoberta das Américas. Conheça mais sobre os mares dos grandes navegadores da História e viaje a uma época em que piratas e corsários cruzavam os oceanos.

A Biblioteca da Marinha, na Seção de Mapoteca, possui uma coleção de cartas náuticas dos séculos XVII e XVIII e, na Seção de Obras Raras, livros sobre diversos assuntos, especialmente científicos, além de uma coleção de álbuns e outras de roteiros de navegação, incluindo obras do século XVI.

Com um acervo de aproximadamente 65 mil volumes, a Biblioteca é especializada nas áreas de História Naval, História Geral e do Brasil, além de Cartografia.

Venha navegar pelos séculos. A Biblioteca da Marinha situa-se à Rua Mayrink Veiga, 28 – Centro e funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h.